

# AS RELAÇÕES PROFESSOR E LIVRO DIDÁTICO DE ALFABETIZAÇÃO

TEIXEIRA, Rosane de Fátima Batista – UFPR  
[rosanebateixeira@yahoo.com.br](mailto:rosanebateixeira@yahoo.com.br)

Área Temática: Educação: Currículo e Saberes  
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

## Resumo

O livro didático se constitui como um produto cultural, responsável pela transmissão de certa forma de cultura e pelo estabelecimento de condições materiais para o ensino. Ao estabelecer estas condições se impõe como elemento da cultura escolar, organizando a seleção de conteúdos, interferindo e guiando as práticas pedagógicas e contribuindo para as formas de construção do conhecimento escolar. Considerado um produto cultural e uma mercadoria, conforme indicado por Apple, o livro didático passa por um processo de produção, distribuição e consumo que envolve autores, editoras e todo um segmento de mercado. O Estado atua como regulador ao definir programas de escolha e avaliação dos livros, controlando os tipos de conhecimentos que serão ensinados nas escolas, por sua vez para compreender a relação entre o professor e o livro didático é necessário analisar tanto os elementos relacionados à cultura do professor quanto os relacionados aos processos de regulação, produção e reprodução da escola. Frente a este quadro de diferentes mecanismos que atuam desde a produção de um livro até seu efetivo uso em sala de aula investiga-se neste trabalho a forma como o professor se relaciona com este material, mais especificamente no processo de alfabetização, com a realização de entrevistas semi-estruturadas com três professoras do município de Curitiba. Assume-se a perspectiva de que as entrevistas, ao estabelecerem uma relação mais próxima com o entrevistado, contribuem na compreensão do significado do livro para o professor e na maneira como ele apropria-se deste instrumento da cultura da escola. As análises apontaram tanto situações de uso efetivo do livro enquanto organizador do trabalho de alfabetização como o uso em contextos diferenciados, evidenciando a ação do professor de uma forma singular em cada contexto escolar.

**Palavras-chave:** Livro didático; Alfabetização; Cultura Escolar.

## INTRODUÇÃO

O conjunto de pesquisas educacionais sobre o livro didático na realidade brasileira vem tomando corpo e volume ao longo dos últimos anos, inicialmente tendo como foco uma análise ideológica e uma visão histórica para num momento posterior discutir aspectos da história do livro como instrumento pedagógico, questões relacionadas com os programas oficiais do Estado, os processos de produção e

circulação, os conteúdos de ensino em diferentes disciplinas e sua utilização em sala de aula.

Estudos mais recentes sobre o livro didático de alfabetização têm sido focados na análise do texto impresso, na identificação da presença de determinadas concepções teóricas nos livros, nas interações professor-aluno com o livro e nos processos de escolha. Iniciaram-se também investigações sobre o uso do livro didático pelo professor. Especificamente sobre este último item, o uso pelo professor, recai o interesse desta investigação, por ser este um tema ainda pouco explorado nas pesquisas na área e por sua importância para a compreensão das relações que se estabelecem entre o livro didático de alfabetização e o professor. Acredita-se que a forma de compreender e utilizar este material didático terá influências significativas no fazer pedagógico.

Constituindo-se num elemento material da cultura escolar, estando acessível aos professores e sendo escolhido por eles propõe-se neste trabalho investigar as possibilidades de utilização deste artefato escolar pelos professores em sala de aula, mais especificamente no processo de alfabetização, questionando elementos presentes na cultura do professor e na cultura escolar. Na busca de respostas a estas reflexões é que se estruturou a investigação que aqui será relatada, partindo da realização de entrevistas com professoras alfabetizadoras da rede municipal de ensino de Curitiba.

## **O LIVRO DIDÁTICO NO CONTEXTO ECONÔMICO, POLÍTICO E CULTURAL**

A discussão sobre o processo de trabalho com livros didáticos precisa ser ampliada, sob uma série de aspectos, uma vez que o trabalho com produtos editoriais tem sofrido transformações advindas da crescente tendência à aferição de lucros nesse campo de produção especializado. Essa justificativa fundamenta-se em estudos com os de Apple (1995, 1997 e 2002), para quem se está perdendo o controle sobre partes substantivas do currículo e da tecnologia, “à medida que as ideologias e as práticas capitalistas penetram no centro de um grande número de salas de aula” (2002, p. 15). Essa penetração se faz por meio de instrumentos os mais diversos, entre eles o livro didático, razão pela qual os estudos sobre seu processo de produção, circulação e uso são manifestações de vigilância social.

A possibilidade de análise crítica dos livros didáticos sempre será decorrente da valorização desse instrumento pedagógico. A crítica será sempre salutar, mas deve-se atentar para as possibilidades de, por um lado, estigmatizá-los como produtos de mercado inseridos num processo de reprodução cultural e, por outro, ignorar seu potencial como elemento mediador na produção de conhecimentos.

Vislumbrar o livro didático no seio destas contradições implica também conceituá-lo como uma mercadoria, um objeto idealizado, produzido, distribuído e consumido. Percebem-se, desse modo, relações entre cultura, estado e economia, imbricadas desde o processo de produção de um livro. Trata-se de uma trajetória que, de acordo com Caimi, apresenta uma problemática complexa, pois diferentes segmentos são nela envolvidos: a editora e o autor que produzem o livro, o governo que o compra, o professor que o escolhe e o aluno que o consome (2002, p. 43), além de toda uma dinâmica editorial de mercado que visa o lucro numa sociedade capitalista. No Brasil, a conjuntura é ainda permeada pela regulamentação do Estado atua como regulador ao definir programas de escolha e avaliação dos livros, controlando os tipos de conhecimento que serão ensinados.

Por outro lado, o livro se constitui como um produto cultural, responsável pela transmissão de certa forma de cultura, o que se pode depreender das observações de Apple ao apontar que:

São os livros didáticos que estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula de muitos países através do mundo e considerando que são os textos destes livros que freqüentemente definem qual é a cultura legítima a ser transmitida (APPLE, 1995, p. 82)

Ao estabelecer parte destas condições materiais para o ensino e a aprendizagem nas salas de aula, o livro didático se constitui como elemento da cultura escolar, organizando a seleção de conteúdos, interferindo e guiando as práticas pedagógicas e contribuindo, ao seu modo, para as formas de construção do conhecimento no ambiente escolar. Esta vertente argumentativa encontra respaldo em Forquin (1993), quando considera a educação escolar como um processo não limitado à seleção entre os saberes e os materiais culturais disponíveis num dado momento. Ela deve também, para torná-los efetivamente transmissíveis, efetivamente assimiláveis às jovens gerações, entregar-se a um imenso trabalho de reorganização, de reestruturação, ou de “transposição didática”. Tal é o papel, por exemplo, dos livros e de todos os materiais didáticos, mas

também o dos exercícios escolares, das lições, dos deveres, dos controles periódicos, dos sistemas de recompensas e sanções propriamente escolares.

A escolha dentre este vasto território da cultura de alguns conteúdos em detrimento de outros implica uma decisão política, pela qual se priorizam idéias, conceitos e valores que poderão ser perpetuados por grupos ou sociedades que de alguma forma são detentoras do poder de decisão, representando o que um grupo priorizou como conteúdo escolar.

## **LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA E O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO**

O livro didático ocupa um espaço significativo na cultura escolar brasileira, seja por ser garantido por programas oficiais de governo e estar disponível para as escolas públicas de forma gratuita seja por constituir-se muitas vezes no único material escrito que grande parte dos alunos das classes menos favorecidas tem acesso.

Esta garantia do livro gratuito e acessível à população escolar resulta historicamente de várias ações governamentais. O acesso a estes materiais é garantido por programas oficiais de governo, entre eles o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) que tem por objetivos básicos a aquisição e a distribuição gratuita de livros didáticos para alunos de escolas públicas do ensino fundamental brasileiro, configurando-se como maior programa mundial de distribuição de livros. Segundo dados da ABRELIVROS “com um investimento de R\$ 661,4 milhões em 2008, o PNLD distribuiu 110,2 milhões de livros a 31,1 milhões de alunos do ensino fundamental, para utilização no ano letivo em curso”.

Aproximando-se do formato do PNLD atual, iniciam-se em 1996 sistemáticas de avaliação do livro didático, precedendo a posterior compra e distribuição dos mesmos. Este processo de avaliação torna-se necessário para discutir a qualidade e correção dos livros entregues aos alunos das escolas brasileiras, assunto este já amplamente discutido por estudiosos, pesquisadores e profissionais da educação que desde a década de 1960 vinham denunciando a “falta de qualidade de parte significativa desses livros: seu caráter ideológico e discriminatório, sua desatualização, suas incorreções conceituais e suas insuficiências metodológicas” (Batista, 2003, p.28). Podem ser citados como exemplos os trabalhos de Faria (1994), Nosella (1979), Meserani (1980) e Lins (1977).

Os livros inscritos passam por um processo de análise e avaliação pedagógica feita por uma equipe de especialistas nas áreas de conhecimento, que resulta no **Guia de Livros Didáticos** que por sua vez contém os princípios, critérios e as resenhas das obras avaliadas. Neste sentido, Garcia (2007) comenta o modelo de avaliação dos livros:

[...] nesse modelo, e constituindo elemento essencial dentro dele, as avaliações realizadas nas duas últimas décadas constituíram padrões de produção e estabeleceram critérios editoriais, tanto formais quanto de conteúdo. Erros conceituais e incoerências teórico-metodológicas – que resultaram na exclusão de muitos títulos – foram apontados pelas equipes de avaliação e elaboração dos Guias de Orientação às Escolas. (Garcia, 2007)

Especificamente quanto aos livros de alfabetização o Guia aponta critérios relativos: ao processo de alfabetização; à natureza do material textual; ao trabalho com o texto; à leitura; à produção; aos conhecimentos lingüísticos; à linguagem oral; ao manual do professor e aos aspectos gráficos e editoriais.

Estes critérios de seleção são definidos por profissionais “especialistas” a partir das diferentes áreas do conhecimento, mas será que consideram as especificidades enfrentadas pelos professores que ensinam a ler e escrever ao usar este material? Se por um lado os processos de avaliação buscam imprimir um padrão de qualidade quanto aos livros, não serão estes mecanismos reguladores do quê e do como ensinar ?

Retomando as idéias de Apple(1995), refirmadas por Silva(2003) “cada vez mais o Estado controla os tipos de conhecimento que devem ser ensinados, os modos de ensinar e os resultados obtidos.” Não se trata de questionar a forma como esse processo ocorre e sim refletir sobre o que efetiva-se na escola, espaço em que professores e alunos relacionam-se com este objeto, explicitando as formas de relação e de uso do professor com este material e as funções delegadas ou efetivadas pelo livro no contexto educacional.

## **A ENTREVISTA COMO CAMINHO METODOLÓGICO**

Bogdan e Biklen (1994) indicam que a entrevista consiste numa conversa intencional entre duas ou mais pessoas, dirigida por uma delas com a finalidade de coletar informações. A utilização da entrevista na pesquisa qualitativa pode ocorrer de duas maneiras, como a principal estratégia para coleta de dados ou como coadjuvante com outros métodos. A entrevista é utilizada para “recolher dados descritivos na

linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo” (p.134). Quando se inicia um estudo exploratório, pode-se optar pela entrevista mais livre e aberta quando o objetivo é compreender as idéias gerais sobre o assunto. Numa fase mais adiantada da investigação, porém, pode surgir necessidade de uma entrevista mais estruturada, objetivando comparar dados ou obter informações de uma forma mais sistemática.

A investigação qualitativa em Ciências Humanas utiliza largamente a entrevista como técnica de coleta de dados. A consulta em manuais de pesquisa indica uma variedade enorme de técnicas e tipos de entrevistas que podem ser utilizadas nas diversas áreas de pesquisa. O objetivo neste momento não é o levantamento destas técnicas, mas sim o desvelamento das relações que se estabelecem neste evento específico, a reflexão sobre as formas como ocorrem e a sua melhor utilização pelo investigador quando na situação da entrevista, já que a entrevista será utilizada em momentos distintos e com funções específicas no decorrer da investigação mas sempre considerada como uma forma de relação com o investigado.

A idéia de construção de uma relação entre os envolvidos na situação de entrevista e mais especificamente no estabelecimento de uma relação social pode ser encontrada na obra de Pierre Bourdieu, especialmente em “A Miséria do Mundo” (1990) em que ele e seus colaboradores trazem à luz o relato de agentes que vivem em diferentes espaços sociais (escola, campo, fábrica), onde se produzem as formas contemporâneas da miséria social. O livro relata o trabalho sociológico realizado durante três anos pelos pesquisadores nesses espaços, onde as entrevistas trazem, conforme o autor “os depoimentos que homens e mulheres nos confiaram à propósito de sua existência e sua dificuldade de viver” (1990, p.9 ). Apresentando também a discussão sobre as intenções e os procedimentos utilizados na prática da pesquisa, mais especificamente da entrevista e as relações que se estabelecem entre pesquisador e pesquisado, o autor afirma acreditar que:

[...] não há maneira mais real e realista de explorar relação de comunicação na sua generalidade que a de se ater aos problemas inseparavelmente práticos e teóricos, o que decorre do caso particular da interação entre o pesquisador e aquele ou aquela que interroga” (BOURDIEU, 1997, p. 693).

Para Bourdieu não basta apenas o conhecimento sobre a metodologia científica utilizada na pesquisa, suas técnicas e métodos, mas também a compreensão das intenções e dos princípios que guiam determinada pesquisa para o entendimento de seu contexto. Mesmo distinguindo a situação de pesquisa que tem como fim o conhecimento, das outras trocas sociais que se estabelecem, a relação de pesquisa é uma **relação social** que exerce efeitos sobre os resultados obtidos, “todo tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa” (1997, p.694). Estas distorções precisam ser identificadas para serem dominadas e isto se dará com a construção de uma prática de pesquisa refletida e metódica.

A compreensão de como deve ser esta prática reflexiva pode ser encontrada nas proposições de Bourdieu para construção de uma sociologia reflexiva, que remete tanto a observar a reflexividade do agente quanto do investigador. É o movimento de reflexividade (retorno sobre si e sua atividade) e a capacidade de levar em conta a relação que o investigador mantém com o objeto que permite melhorar a qualidade científica do trabalho. É a **reflexividade reflexa** que vai permitir perceber e controlar no campo os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza.

Ao se estabelecer uma relação social, está presente a relação de troca, de um lado as intenções do pesquisador, seus objetivos e a finalidade da pesquisa e de outro o pesquisado com sua compreensão particular sobre os fins da pesquisa. Nesta relação pode ocorrer uma distância entre pesquisador e pesquisado, principalmente se o pesquisador ocupar uma hierarquia superior no que diz respeito ao capital cultural.

Para Bourdieu, é necessário reduzir ao máximo a violência simbólica<sup>1</sup> que pode vir a ocorrer em decorrência desta variação de capitais culturais, estabelecendo-se uma escuta ativa e metódica, disponibilizando-se a adentrar no mundo do pesquisado, compreendendo e respeitando sua linguagem, sua história e seus pontos de vista. Ao se estabelecer uma relação de pesquisa algumas condições precisam ser observadas, tanto à nível da própria relação: interação entre pesquisador e pesquisado, linguagem utilizada, compreensão e uso de sinais verbais e não verbais; quanto à nível da própria estrutura da relação: escolha das pessoas interrogadas e dos interrogadores.

Realizar entrevistas é uma prática que precisa ser construída pelo investigador, que inicialmente deve avaliar se é a técnica mais adequada aos seus objetivos e definir a direção que irá utilizá-la, se como uma técnica ou como uma mediação na relação com o sujeito.

No caso desta pesquisa, assume-se a perspectiva de que as entrevistas, ao estabelecerem uma relação mais próxima com o entrevistado, contribuem na compreensão do significado do livro para o professor e na maneira como ele apropria-se deste instrumento da cultura da escola. Considera-se a importância de “recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito”(Bogdan e Biklen, op.cit.), compreendendo anseios, dúvidas, possibilidades e limitações frente a este tema, enfim sua participação como sujeito neste processo.

## ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Analisando as funções que o livro didático desempenha no processo escolar, o pesquisador Choppin(1992) indica que os livros escolares são “utilitários da sala de aula” sendo produzidos para auxiliar o ensino de uma determinada disciplina, a partir da apresentação gradual dos conteúdos, ordenados em unidades ou lições que favorecem o seu uso coletivo(em sala de aula) ou individual(em casa ou em sala).

Aproximando-se desta definição e considerando a realidade brasileira, Batista(2003) considera que há uma “cristalização de uma concepção de livro didático”(p.46), onde o livro tem como função **estruturar o trabalho pedagógico**, organizando-se a partir da apresentação dos conteúdos curriculares e da proposição de atividades e de sua distribuição no tempo escolar. Esta concepção se constituiu a partir das décadas de 60 e 70 onde ocorreu uma ampliação da rede de ensino por um processo de democratização do acesso à escola em consequência de um novo modelo econômico adotado no país. Este autor considera ser esta a concepção que está implícita no PNLD e em muitos livros até hoje, o que não se pode afirmar seja negativo, mas no contexto educacional atual tão complexo e diversificado, sugere ele, novas concepções poderão estar presentes e ser contempladas.

Será que este caráter estruturante do livro didático, apontado acima, efetiva-se nas propostas do livro de alfabetização e no seu uso pelo professor? Como o professor lança mão deste material, como um recurso didático produzido em escala industrial para ser utilizado uniformemente pelos professores ou este professor produz uma forma única de se relacionar e utilizar este material? Estas são algumas das questões que merecem ser pesquisadas.



Nesta fase da investigação as entrevistas com as professoras alfabetizadoras indicaram elementos que remetem a esta concepção de livro como elemento organizador, ao relatar:

[...] acho que faz falta ter um método, ou uma seqüência, uma organização que garantisse que a criança ia aprender e hoje eu não tenho, é aí que entra o livro didático(...) Ele dá uma organizada no trabalho que tem que ser feito.”  
(Prof. A)

A crença da professora no caráter sistematizador do livro didático, o papel de organizador dos conteúdos pedagógicos e a responsabilidade destinada a ele na aprendizagem da criança fica evidenciado neste relato. Fato também observado quando a professora B refere-se ao livro como “guia das ações que um número significativo de profissionais da educação adotam”.

Outro aspecto evidenciado nas entrevistas diz respeito ao uso do livro pelos alunos em atividades coletivas e individuais, duas professoras disseram realizar a leitura dos textos ora coletivamente, ora individualmente para depois trabalhar a compreensão e as atividades propostas e que os alunos levam o livro para casa para realizar as tarefas. Como já mencionado anteriormente por Choppin (op.cit.), este *utilitário* desempenha inúmeras funções pedagógicas.

Mais especificamente sobre o uso do livro como um recurso didático ou como elemento organizador do trabalho, os estudos de Rojo (2005) indicam que o livro pode ser visto como um “discurso do autor”, onde há um projeto didático autoral que implica numa certa maneira de ensinar, como e para que ensinar ou pode ser visto como um arquivo ou uma coletânea de textos, imagens e exercícios, em que o professor retira textos e utiliza partes que lhe interessam. Estas formas de encarar o livro terão implicações no uso feito em sala, isto pode ser percebido quando a professora entrevistada diz:

Costumo usar este livro na seqüência, já que vai facilitar o trabalho, mas às vezes tem alguma unidade que não gosto muito então não trabalho, ou então deixo para outro momento “(Prof. B)

Ela percebe que a organização do livro é fundamental no processo de alfabetização, mas não demonstra clareza na compreensão deste projeto autoral que há no livro que diz respeito tanto à seleção dos conteúdos quanto à metodologia empregada. Isto é reforçado quando a professora afirma “...todo livro deve ser usado

pelo professor para facilitar o trabalho que já organizou com seus alunos na sequência que lhe convém” (Prof. C)

Antecedendo o uso do livro pelo professor está o processo de escolha deste material. Em estudos recentes sobre os processos de escolha do livro didático pelo professor, Santos (2007) indica que para compreender a relação entre o professor e o livro é necessário analisar tanto os motivos relacionados à cultura do professor quanto aos elementos de regulação, produção e reprodução da escola.

Neste processo estão envolvidos os referenciais, as experiências e os saberes do professor, entretanto não são apenas eles que definem critérios, eles são confrontados com os programas oficiais, as determinações internas da escola, o plano de trabalho adotado e apropriada organização escolar. Para a autora citada, o professor “seleciona partes do livro didático para serem trabalhadas a partir de suas necessidades e impõe regras próprias para as escolhas que faz com o livro e para o trabalho que desenvolve com ele em sala de aula” (2007).

Sobre os programas oficiais de escolha do livro duas entrevistadas afirmaram não participarem ativamente do processo, desconhecendo inclusive os instrumentos que regulamentam este programa oficial de distribuição de livros didáticos..Uma entrevistada relatou participar e acompanhar todo o processo de escolha, tanto a análise dos livros como as indicações presentes no Guia. Cabe aqui lembrar novamente os mecanismos internos da escola na efetivação do uso do livro e as opções pessoais do professor, sua autonomia e sua autoridade ao definir as formas de uso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Pode-se considerar que há uma intervenção efetiva do professor nos processos de escolha e utilização do livro, ele atua enquanto sujeito de seu processo de ensino com autonomia para aceitar ou rejeitar propostas que são circuladas nos livros. Contemplando a discussão do professor enquanto sujeito neste momento de uso do livro está a posição de Lajolo:

A escolha e o uso do livro didático precisam resultar do exercício consciente da liberdade do professor no planejamento cuidadoso das atividades escolares, o que reforçará a posição de sujeito do professor em todas as práticas que constituem sua tarefa docente, em cujo dia-a-dia ele re-escreve o livro didático, reafirmando-se, neste gesto, sujeito de sua prática pedagógica e um quase co-autor do livro (1996)

Esta afirmativa, da ação do professor frente aos mecanismos impostos apresenta-se tanto nas pesquisas indicadas neste trabalho como nas entrevistas realizadas. As professoras embora reconheçam o valor do livro e procurem utilizá-lo na seqüência sugerida, não deixam de exercer sua crítica ao material quando, eventualmente não é utilizado. Realizando uma seleção sobre um objeto que, por sua vez, também é resultante de uma seleção.

Na medida em que a cultura escolar imprime padrões e modelos de ação e pensamento, veiculadas nas normas, determinações e no próprio livro didático é na situação de uso (ou não uso) do livro que se pode perceber como o professor cria seus próprios dispositivos e critérios de ação. Esta percepção torna viável pesquisar mais detalhadamente elementos descritivos destas ações dos professores, considerando-se também a validade do uso da entrevista em momentos distintos da pesquisa .

## REFERÊNCIAS

APPLE, M.W. **Educação e Poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

\_\_\_\_\_. Cultura e comércio do livro didático. In: **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, p.81-105.

\_\_\_\_\_. **Teoria crítica y educación** Buenos Aires : Minoi y Ávila, 1997.

BATISTA, A.A.G. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. In: ABREU, M. (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2000.

\_\_\_\_\_. A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: ROJO, R. e BATISTA, A.A.G. **Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 2003, p.25-67

BOURDIEU, P. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

\_\_\_\_\_. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 9-13, 693-713.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Guia do livro didático 2007: alfabetização**. Brasília, 2006.

CHOPPIN, A. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. **Educação e Pesquisa**, vol. 30, nº 3, USP, São Paulo, Set-Dez, 2004.

FORQUIN, J.C. **Escola e Cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

LAJOLO, M. Livro didático: um (quase) manual de usuário. **Em Aberto**, n.69, 1998. Disponível em:< <http://www.inep.gov.br:81/folio.cgi/aberto69>> Acesso em 10 de outubro de 2007.

LESSARD-HÈBERT,M.; GOYETTE,G.; BOUTIN,G. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. Lisboa: Instituto PIAGET, 1994.

SANTOS,C.M.C.. **O livro didático no ensino fundamental: as escolhas do professor**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná, 2007.